



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 124/XIII/3.^a SL

Aos dez dias do mês de abril de 2018, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 14:30 - Audição do primeiro subscritor da Petição n.º 455/XII/3^a - Reversão do Hospital Militar Principal e do Hospital Militar de Belém para a administração das Forças Armadas – Relator: Deputado Rui Silva (PSD);
- 15:30 - Audiência da Associação do Movimento Cívico de Antigos Combatentes;
- 16:30 - Audiência da Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra.

Aberta a reunião, o Senhor Deputado Rui Silva (PSD) deu as boas-vindas ao Dr. João Gabriel Bargão dos Santos, enquanto primeiro subscritor da Petição n.º 455/XII/3^a. No uso da palavra, o peticionante apresentou os fundamentos que estão na base da pretensão de ver equacionada a reconversão para a administração das Forças Armadas do Hospital Militar Principal e do Hospital Militar de Belém. Recordou que este último foi cedido à Cruz Vermelha Portuguesa para instalação de uma unidade de cuidados continuados e uma residência sénior, mas continua inativo, e que o Hospital Militar Principal, que dispunha de 200 camas, está fechado desde 2013 – tendo o seu Pavilhão da Família Militar sido cedido à Santa Casa da Misericórdia para criar a maior unidade de cuidados continuados e paliativos do país, mas que não chegou a abrir -, enquanto o Hospital da Marinha foi desafetado do domínio público militar e vendido em hasta pública. Referiu-se igualmente à necessidade de apoio hospitalar em unidades de cuidados continuados e paliativos para centenas de doentes, beneficiários do IASFA, uma vez que, com a criação do Hospital Militar, se perderam cerca de 400 camas de internamento, para além de se desperdiçar uma considerável reserva estratégica nacional de apoio sanitário perante eventuais situações de calamidade ou catástrofe. Concluiu, dizendo que, no caso do Hospital Militar de Belém, o problema poderia ser resolvido através de um simples despacho caso houvesse vontade política para o efeito.

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Intervieram então os Senhores Deputados Rui Silva (PSD) – para saber se a reversão resolveria os problemas e se não haveria a possibilidade de ampliar o Hospital Único -; Diogo Leão (PS) – que, considerando legítimas as preocupações expressas, designadamente quanto ao modo como o Estado dispõe do seu património, e bem-intencionadas as intenções, reconheceu a necessidade de reflexão sobre o assunto, bem como acerca do papel do IASFA no apoio aos ex-combatentes, e recordou a constituição do grupo de trabalho sobre as reivindicações dos deficientes das Forças Armadas e dos ex-combatentes -; João Vasconcelos (BE) – que, apoiando genericamente a pretensão, admitiu que a situação atual está aquém do desejável, atendendo às necessidades dos ex-combatentes e ao papel dos hospitais militares no âmbito do estatuto da condição militar, pelo que o seu grupo parlamentar não descarta a possibilidade de apresentar um projeto de resolução sobre o assunto -; João Rebelo (CDS-PP) – que recordou a cronologia do processo de centralização dos serviços no Hospital Militar Único e da alienação das instalações anteriormente ocupadas, tendo afirmado que a rede de nacional de cuidados continuados e paliativos deveria ser uma realidade, não apenas para os militares, mas integrada no Serviço Nacional de Saúde. Quanto ao Hospital Militar de Belém em particular, recordou que está a decorrer em tribunal uma ação popular, cuja conclusão pode vir a alterar significativamente a situação atual.

Passou-se então à primeira audição, da Associação do Movimento Cívico de Antigos Combatentes (MAC), cuja delegação era composta por Joaquim Coelho – presidente da direção e coordenador -, General Cristóvão Avelar de Sousa – presidente da assembleia geral e representante da Associação de Paraquedistas -, Sargento António Lima Coelho – assessor da direção e representante da Associação Nacional de Sargentos -, Diamantino Costa - vice-presidente da direção e representante da Associação de Combatentes Vila-condense -, Manuel Loureiro e Joaquim Leal -- da mesma associação -, e pelo assessor da direção José Jorge.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE), Vice-Presidente da Comissão e Coordenador do Grupo de Trabalho das Audiências, deu as boas-vindas aos elementos da delegação e concedeu a palavra ao presidente da associação, Joaquim Coelho, que começou por referir que um milhão de combatentes passou pela guerra colonial, dos quais 110.000 padecem de stress de guerra e têm grandes dificuldades de integração na sociedade. Fez também o historial das deliberações reivindicativas da associação e, em particular, da petição sobre a recuperação dos corpos dos



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

militares que foram sepultados em África. Finalmente apresentou as linhas gerais do projeto de estatuto dos antigos combatentes, elaborado em 2016.

Usou ainda da palavra o sargento Lima Coelho para chamar a atenção para o projeto entregue, designadamente os artigos 2.º, 4.º e 13.º, para salientar que, sem encargos para o cidadão é possível concretizá-lo. Terminou, afirmando que os antigos combatentes merecem ver em vida o reconhecimento que lhes é devido e que está delineado no estatuto.

Intervieram de seguida os Senhores Deputados Bruno Vitorino (PSD), Jorge Gomes (PS), João Rebelo (CDS-PP) e João Vasconcelos (BE), tendo, no geral, declarado não querer criar falsas expectativas, uma vez que grande parte da concretização do estatuto tem de ser adotada e superintendida pelo Governo, concordam com o diagnóstico dos problemas e com a necessidade de reconhecimento por parte da sociedade em relação aos antigos combatentes, pelo que iriam trabalhar no sentido de, na parte que compete à Assembleia da República e dentro do possível, dar passos para ajudar a concretizar as reivindicações apresentadas.

Terminada esta audição, o Senhor Deputado João Vasconcelos (BE), Vice-Presidente da Comissão e Coordenador do Grupo de Trabalho das Audiências deu as boas-vindas ao Presidente da Direção Nacional da Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra, Doutor Augusto Oliveira Freitas (também Presidente da Federação Portuguesa das Associações de Combatentes) e aos restantes elementos da delegação, todos membros da Federação – Francisco Carneiro Martins, vice-presidente; José Conceição Afonso, tesoureiro da Associação Nacional de Combatentes do Ultramar; António Conceição Carvalhos Nunes, presidente da Associação de Combatentes do Concelho de Tábua; e Coronel Oliveira Marques, membro do Conselho Superior da Associação de Comandos –, que apresentou o documento “Proposta à Assembleia da República e ao Governo de Portugal”, subscrito pelas seguintes associações em abril de 2017: Associação de Combatentes do Concelho de Arganil, Associação de ex-Combatentes Beirões (Mangualde), Associação de Combatentes do Ultramar Português (Castelo de Paiva), Associação de Combatentes de Pampilhosa da Serra, Associação de Combatentes de Tábua, Associação Social e Cultural dos Vila-condenses ex-Combatentes do Ultramar (Vila do Conde), Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra (Braga), Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar (Tondela) e Associação do Movimento Cívico de Antigos Combatentes, do qual, constam as suas principais reivindicações, essencialmente, a consagração no Orçamento de Estado da isenção do pagamento de taxas moderadoras e de qualquer tributação,



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

nomeadamente de IRS, do complemento, suplemento e do acréscimo vitalício de pensão (Lei n.º 3/200), de 13.01); a instituição do cartão de antigo combatente – para facilitar o acesso a determinados benefícios e como “símbolo do reconhecimento do seu serviço à Pátria e às Forças Armadas” -; bem como o acesso à Rede Nacional de Apoio (Decreto-Lei n.º 50/2000, de 07.04) sem ter como pressuposto a qualidade de deficiente das Forças Armadas, mas apenas a de antigo combatente.

Intervieram de seguida os Senhores Deputados Pedro Roque (PSD), João Rebelo (CDS-PP), Jorge Gomes (PS) e João Vasconcelos (BE), que reconheceram a necessidade de ser feita justiça aos antigos combatentes enquanto estão vivos, mas que parte das pretensões apresentadas dependem do Governo, pelo que não querendo criar falsas expectativas, para além de que têm de ser avaliadas num contexto mais vasto, designadamente as questões remuneratórias e da rede de apoio, tendo ainda referido que algumas propostas poderão ser equacionadas no âmbito do grupo de trabalho constituído o seio da Comissão tendente a estudar as questões colocadas pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Finalmente, intervieram para complementar a intervenção inicial, António Conceição Carvalho Nunes, José Conceição Afonso e o coronel Oliveira Marques,

1

A reunião foi encerrada às 17 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de abril de 2018

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(JOÃO VASCONCELOS)



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Bruno Vitorino
Diogo Leão
Idália Salvador Serrão
João Rebelo
João Vasconcelos
Jorge Gomes
Luís Pedro Pimentel
Marco António Costa
Miguel Coelho
Miranda Calha
Pedro Roque
Rui Silva
Sérgio Azevedo
Miguel Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Miguel Medeiros